UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS

INSTITUTO DE ESTUDOS TECNOLÓGICOS E SEQUENCIAIS DE JUIZ DE FORA

Ana Carolina Jordão Leal

Bruno Toledo Vaz de Mello

Educação Ambiental

Juiz de Fora - MG

Dezembro de 2012

Ana Carolina Jordão Leal

Bruno Toledo Vaz de Mello

Educação Ambiental

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Instituto de Estudos Tecnológicos da Universidade Presidente Antônio Carlos, como requisito parcial à obtenção do título de "Tecnólogo em Gestão Ambiental" e aprovada pelo (a) orientador (a):

Profa. Inês Scassa Afonso Neto

Instituto de Estudos Tecnológicos e Seqüenciais de Juiz de Fora - UNIPAC

Juiz de Fora - MG

12/12/2012

A Deus que nos deu saúde, coragem e disposição,
tornando esse sonho em realidade.

AGRADECIMENTOS

À nossa orientadora, professora Inês, professores, amigos e familiares.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 06
1.1 Objetivo do presente trabalho..... **08**

2 LEGISLAÇÃO..... 09
2.1 LBD..... **10**

3 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL..... 11

4 MOVIMENTAÇÕES SOCIAIS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL..... 16

5 DATAS IMPORTANTES – SOBRE A EDUCAÇÃO..... 22

6 METODOLOGIA DE TRABALHO..... 25
6.1 Desenvolvimento prático de trabalho..... **25**
6.2 Trabalho desenvolvido na escola Batista de Oliveira..... **26**
6.3 Projeto Nosso Lar Planeta Terra..... **27**

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES..... 28
7.1 Discussão..... **34**

CONCLUSÃO..... 36

BIBLIOGRAFIA..... 37

RESUMO

A educação ambiental tem sido implantada em vários modelos de ensino educacional na tentativa de despertar uma consciência ecológica voltada para o desenvolvimento sustentável, bem como com o intuito de trabalhar a cidadania na sociedade, que hoje, encontra-se cada vez mais consumista.

Observou-se nesta análise o empenho dos professores da rede de ensino pública na missão de orientar seus alunos do ensino básico, através de questionários voltados para o cotidiano dos alunos e suas práticas ambientais, como por exemplo, onde descartas certos resíduos ou lixos.

1 INTRODUÇÃO

Devido à falta de respeito das pessoas que agem direta ou indiretamente na qualidade do ambiente em que vivemos, faz-se necessário se unir (com professores, associações, empresários e a população em geral) e abraçar a causa, tornando-se educadores ambientais. Essa união é necessária para evitar que as pessoas vejam o seu entorno físico e biológico, não como um espaço simples ocupado irracionalmente, mas como um bem comum que temos e devemos usufruir racionalmente, sem causar danos à natureza e à saúde de todos os seres vivos que dela se utilizam.

Educação Ambiental é um processo educativo voltado para a formação de atitudes ecológicas, tendo como fundamento a visão socioambiental, que em outras palavras, dizer que é um campo de interações culturais, sociais e naturais, tendo como objetivos, conscientizar as pessoas do verdadeiro valor da natureza, da importância de sua preservação, da retirada de seu sustento, com pensamentos e atitudes voltadas para renovação (JACOBI, 2003).

Em 1987, na Conferência Internacional sobre Educação Ambiental realizada em Moscou, o Meio Ambiente foi incluído nos currículos educacionais dos países participantes. No Congresso de Moscou (1987) chegou-se à concordância de que a educação ambiental deveria, simultaneamente, preocupar-se com a promoção da conscientização, transmissão de informações, desenvolvimento de hábitos e habilidades, promoção de valores, estabelecimento de critérios e padrões, e orientações para a resolução de problemas e tomada de decisões (DIAS, 1993).

A Declaração de Tbilisi, a Agenda 21 e os demais tratados globais ratificado pelo Brasil enfatizam o papel fundamental da escola na formação do cidadão consciente que levará a sociedade rumo à sustentabilidade. No Brasil, a partir dos anos 80, houve um nítido reflexo dessa preocupação posta na esfera internacional, vindo a matéria a ganhar maior ênfase quando da promulgação da Constituição Federal de 1988 (DUARTE, 2003).

A Lei 9.795/99 - Política Nacional da Educação Ambiental prevê a Educação Ambiental obrigatória em todos os níveis de ensino, mas não como disciplina à parte, é entendida como um processo para construir valores sociais, conhecimentos, atitudes e

competências visando a preservação ambiental. Ainda estabelece no seu art.10, que a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal (BRASIL, 1999).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são os instrumentos naturais de orientação da EA nas escolas, ressaltando a necessidade da abordagem interdisciplinar do Tema Transversal Meio Ambiente. Além disso, recomenda uma ampliação do significado do que se chama natureza e as relações estabelecidas entre a sociedade humana e seu ambiente de vida, o documento reafirma que mais do que informações e conceitos, a escola deve trabalhar com atitudes, formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos (BRASIL, 1998).

Essa Política Ambiental deve contar com todos os seguimentos, principalmente o educacional. As escolas devem ter a educação ambiental não só no seu currículo acadêmico, mas na sua prática cotidiana. Dentro desse contexto e diante do desafio assumido pela educação em despertar a consciência crítica dos indivíduos e incutir hábitos socialmente responsáveis e "ambientalmente corretos", indagamos como está sendo vivenciada a educação ambiental no ensino básico nas escolas públicas.

Tendo em vista a temática ambiental e sua conseqüência no cotidiano mundial de maneira positiva ou negativa, é evidente que trabalhar a educação ambiental em todos os níveis principalmente na base da formação de novos cidadãos é um diferencial na formação de uma sociedade mais justa e consciente sobre a preservação ambiental aliada ao desenvolvimento sustentável. Uma vez que a sociedade dispõe de ferramentas educativas na parte ambiental, como por exemplo, livros, legislações e normas, basta somente uma mudança política de incentivo às escolas públicas para que a disciplina de educação ambiental seja inserida como base para a formação acadêmica das presentes e futuras gerações.

1 Objetivos do presente trabalho

O presente trabalho tem por finalidade investigar em escolas públicas, especialmente a escola escolhida para esse trabalho, como se dá a inserção de informações sobre a questão ambiental em sala de aula.

Fazer uma análise do conhecimento dos alunos do ensino básico sobre meio ambiente.

Qual nível de conhecimento dos professores sobre as questões ambientais.

Investigar com diretores e coordenadores se a escola tem projetos direcionados para questões de preservação ambiental.

2 **LEGISLAÇÃO**

Lei 9.795, de 27 de Abril de 1999

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de educação Ambiental e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

2.1 **LBD**

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 7º Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios. Incluido pela Lei No. 12608, de 2012.

3 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental é praticada desde os mais remotos tempos, mas o termo educação ambiental é bem recente, tendo surgido por volta da década de 70.

REIGOTA (2009), em seu livro "O que é Educação Ambiental", caracteriza a Educação Ambiental como uma educação política, visto que a mesma está comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos na busca de soluções e alternativas que permita uma convivência digna e voltada para o bem comum.

A sobrevivência do homem primitivo era diretamente ligada ao meio ambiente, pois era por meio dela que os seres humanos conseguiam tirar o seu sustento. Assim, todos os conhecimentos e cuidados com o meio ambiente eram transmitidos para os filhos e, de geração em geração, implicitamente praticava-se aquilo que contemporaneamente chamamos de Educação Ambiental.

Nessa perspectiva, KRUGER (2001), afirma que o homem interage com a natureza desde os primórdios da humanidade, assim, "entre 50 e 40 mil anos atrás a natureza dominava o homem. Com o surgimento da agricultura (10 mil anos atrás) o homem passa lentamente a inverter tal relação".

Num primeiro momento, o homem é tido como refém das grandes florestas e matas, pois não tinha o conhecimento de seus frutos, dos animais que a habitavam, das plantas medicinais, das estações de seca e chuva etc. Ao moldar o homem,

> No início dos tempos, quando os recursos naturais eram extraídos da natureza, o homem o fazia de forma parcimoniosa, apenas o necessário, sem desperdícios e os resíduos eram degradados e absorvidos por ela sem comprometer o meio ambiente, constituindo parte de um ciclo natural de decomposição. A percepção humana era extremamente desenvolvida, pois era essencial à sua sobrevivência, como na procura por alimentos e na sua proteção de animais e intempéries (KRÜGER, 2001).

Com o passar do tempo, o homem começa a ter um maior conhecimento do meio ambiente e, consequentemente, explorar seus recursos. As ciências evoluíram e os fenômenos naturais começam a ser compreendidos. Observa-se acima o conhecimento humano sobre a importância dos recursos naturais, sendo que deles eram tirados seu sustento de maneira bem primária. A partir do início das técnicas de agricultura percebeu-se que seria possível extrair mais rompendo os limites ate então estabelecidos pelas florestas e intempéries.

De acordo com KRUGER (2001), ao se referir ao emprego da tecnologia, “um saber baseado em teoria e experimentação científica, não sendo possível separar nitidamente as duas”, aspecto que somente ocorre após a Revolução Industrial, no século XVIII. Há, neste momento histórico, a introdução de fundamentos científicos no uso das técnicas pelo homem, que, através da ciência, buscou a possibilidade de generalização e de seu uso sistemático na transformação dos recursos naturais da terra. São justamente estes atributos de generalidade, utilização sistemática e inserção socioeconômica que criaram uma tecnologia.

Segundo ARAÚJO (2007), a questão da dominação da natureza, a partir de épocas tão remotas, pode ser exemplificada pelo controle da técnica da irrigação, cujo resultado foi sua domesticação pelas práticas da agricultura e a fixação dos homens em territórios propícios, originando o berço das antigas civilizações. É a partir daí que surge a concepção de domínio sobre a natureza, tendo em vista que a dominação da mesma significaria controlar algo de características inconstantes, imprevisíveis e instintivas. Considerando essa proposta de domínio, a natureza passa a assumir o papel de objeto a ser conquistado pelo sujeito, representada pelo homem.

> O termo sujeito – atribuído orgulhosamente ao homem – apresenta, além do significado de ser ativo, dono de seu destino, a significação de um ser submetido a determinadas circunstâncias. Essa segunda conotação do termo é esquecida por influência da visão antropocêntrica de mundo, na qual o homem é o senhor de todas as coisas, fazendo assim com que se esqueça de que o termo sujeito pode significar tanto o ser que age como aquele que se submete. É lamentável a constatação que essa visão de natureza separada do homem é característica do pensamento dominante no mundo ocidental atual. (ARAÚJO, 2007).

O ciclo de passagem de sabedoria humana mudou, conseqüentemente mudou a cultura também. Nos primórdios o homem passava aos seus descendentes como cuidar da natureza de forma a garantir seu sustento. Com o advento da tecnologia agrícola o homem continuou passando seu conhecimentos, porem como a técnica substituiu o respeito pela natureza na continuidade de se sustentar, pode-se dizer que neste período ocorreu o grande divisor de águas que iniciou um processo de degradação ambiental que permanece até hoje.

Segundo SOAREZ DE OLIVEIRA (2002), nos primórdios da humanidade, existia o que se pode denominar de unicidade orgânica entre o homem e a natureza, sistema no qual o ritmo de trabalho e de vida dos homens acompanhava e se prostrava ao ritmo da natureza.

Ainda, de acordo com SOAREZ DE OLIVEIRA (2002), debaixo das leis e normas do capitalismo, o contato com os recursos pertencentes à natureza passa, necessariamente, pelas relações mercantis, uma vez que sua apropriação pelo capital implica a eliminação de sua

gratuidade natural. O próprio trabalhador neste processo de acumulação do capital encontra-se obrigado a fazer de sua força de trabalho mais uma mercadoria, sempre a serviço do próprio capital, em troca de um salário. Assim, o trabalho "que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído".

No capitalismo, o capital passa a ser o responsável pela separação entre os homens e a natureza, através de seu processo de produção/reprodução e, dessa forma, impõe que o ritmo das atividades humanas não seja mais o mesmo da natureza, mas o do capital. O estimulado processo social de produção que domina a sociedade capitalista, cujas bases referenciais encontram-se na produção de valores de uso, condiciona a força de trabalho e os meios de produção aos seus objetivos e desígnios, dando incentivo e impulso à utilização irracional dos recursos naturais, ao desperdício de matérias-primas, de energia e de trabalho, ocasionando, desta maneira, a degradação da natureza e a consequente "crise ecológica", que tanto perturba os ambientalistas atualmente. (SOAREZ DE OLIVEIRA, 2002).

Dessa maneira, à medida que aumenta a capacidade de extração dos insumos da natureza, aumenta também a quantidade de matéria-prima transformada e, obviamente, de recursos naturais explorados, mas tudo isso é justificado, pois, somado a todo este desgaste, vem o que realmente interessa aos grandes capitalistas: o aumento do lucro.

> Nessas condições, os bens, antes duradouros, passam cada vez mais a ter um aspecto descartável, de forma a promover o aumento do consumo. Essa cultura passa a ser tão enraizada que o grau de desenvolvimento de uma sociedade ou nação passa inclusive a ser avaliado pela quantidade de lixo não orgânico produzido. Quanto mais elementos descartáveis, não orgânicos, o lixo contiver, mais aquela sociedade é considerada desenvolvida economicamente, contribuindo, paradoxalmente, para maior degradação do planeta. (KRÜGER, 2001).

É este contexto capitalista de desenvolvimento acelerado de tecnologias para o aumento desenfreado de produção, consumo e lucro que trouxe à sociedade contemporânea o panorama catastrófico no qual se encontra. Uma mobilização de ambientalistas e profissionais preocupados com o futuro da humanidade, os quais levam em conta a característica finita dos recursos naturais não renováveis, busca novas formas de desenvolvimento baseadas na sustentabilidade das ações antrópicas em relação à natureza (SOAREZ DE OLIVEIRA, 2002).

Primeiramente a natureza bastava para sobreviver, em seguida foram desenvolvidas técnicas que descartavam certo respeito a natureza facilitando o sustento humano e por ultimo veio o giro do capital que dominou as civilizações e domina até hoje. Com isso o princípio

básico de subsistência passou a ser relegado a segundo plano, sendo que o mais importante seria produzir excedentes que retornariam em lucro.

Segundo relatório da UNESCO (1997), a humanidade está tomando consciência da envergadura desses danos e destruições. Começa-se a avaliar as consequências das catástrofes ocorridas e aquelas que poderão vir.

Nesse contexto, até que se chegasse a uma conscientização de que o homem precisava interagir com a natureza de forma proveitosa e menos degradante, muitos desastres ambientais já haviam acontecido. Agora, era preciso mudar a forma do homem se relacionar com a natureza. Nessa ótica, não bastava apenas conhecer o meio ambiente, mas também, ensinar. Assim, urgia reestruturar e preservar, buscando minimizar os efeitos da ignorância no passado.

Para isso, foram surgindo vários movimentos sociais que, preocupados com a degradação ambiental, lutavam em prol de uma nova conscientização e maior empenho social na busca da preservação e recuperação do meio ambiente. Assim,

> Episódios como a contaminação do ar em Londres e Nova York, entre 1952 e 1960, os casos fatais de intoxicação com mercúrio em Minamata e Niigata, entre 1953 e 1965, a diminuição da vida aquática em alguns dos grandes lagos norte-americanos, a morte de aves provocada pelos efeitos secundários e imprevistos do DDT e outros pesticidas, bem como a contaminação do mar provocada pelo petroleiro Torrey Canyon, em 1966, deram o alerta. (ARAÚJO, 2007).

Os impactos da espécie humana sobre o meio ambiente, na concepção de alguns cientistas, podem ser associados e comparados às grandes catástrofes do passado geológico da terra. Sob esse olhar, passou-se a entender que a humanidade precisa reconhecer que as agressões ao meio ambiente colocam em risco a sobrevivência de sua própria espécie. Esse quadro não é parte de um contexto nacional ou regional, e sim um problema que afeta diretamente a existência da humanidade como um todo. É a vida que se encontra em perigo. Não se pode conceber um ecossistema sem o homem e também é impossível pensar na humanidade sem algum ecossistema. (KRAEMER, 2004).

Hoje, infelizmente, valoriza-se mais a obra do homem do que a obra de Deus e seus ensinamentos. Respeitar o meio ambiente é respeitar o lar que Deus nos deu. Conviver em harmônica com todos os seres vivos na terra é viver em paz consigo mesmo. Garantir a continuidade humana na terra bem como a de nossas riquezas naturais é celebrar a vida e garantir o respeito que tanto procuramos ter, infelizmente, substituído pela vaidade humana. Basta simplesmente sermos um ser racional como gostamos de ser chamados. Do contrario, a lei de ação e reação de Newton simplesmente entrará em prática como vem acontecendo.

4 **MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Diante desse quadro exposto acima, surgiram vários grupos de defensores e pacifistas ambientais que, conforme SANTOS (2005), buscaram discutir com o cidadão comum, com as autoridades e os meios de comunicação a responsabilidade de cada um deles diante das questões que envolviam a degradação do meio ambiente. Ao impulsionar a reflexão sobre o alcance da intervenção humana no planeta, inauguraram uma nova concepção de cidadania, na qual o homem é vinculado à complexa teia da vida. Um dos primeiros movimentos sociais a reverter esse quadro caótico em que se encontrava o meio ambiente foi à construção de uma nova ciência, denominada de Ecologia, isso tudo nas décadas de 60 e 70. Notou-se assim, que o conhecimento sobre o meio ambiente era insuficiente, e que qualquer decisão agora seria baseada nas descobertas da Ecologia e demais ciências afins.

> Sobre isso,em 1864, ocorre o lançamento do livro "O Homem e a Natureza", ou "Geografia Física Modificada pela Ação do Homem", de autoria do norte-americano Georges Perkins Marsh. Cinco anos depois, o vocábulo "ecologia" é proposto por Ernst Haeckel para definir os estudos a serem realizados sobre as relações entre as espécies e seu ambiente. (ARAÚJO, 2007).

A ecologia desbravou o campo de conscientização humana para a política conservacionista e a partir daí começa a surgir uma nova consciência ambiental mundial.

Em 1972 realizou-se a Conferência de Estocolmo, onde foi concebido o Plano de Ação Mundial e, em particular, foram dadas diretrizes para um Programa Internacional de Educação Ambiental que, segundo dispõe PEDRINI (1998) "pela primeira vez, a educação ambiental foi reconhecida como essencial para solucionar a crise ambiental internacional, enfatizando a priorização em reordenar suas necessidades básicas de sobrevivência na Terra". Assim, PEDRINI (Ibidem) afirmava que:

> é indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, dirigido, seja às gerações jovens, seja aos adultos, o qual dê a devida atenção aos setores menos privilegiados da população, a fim de favorecer a formação de uma opinião pública bem informada e uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades, inspiradas no sentido de sua responsabilidade com a proteção e melhoria do meio, em toda a sua dimensão humana.

Apesar da sua importância, esta conferência configurou-se mais como um ponto centralizado para identificar os problemas ambientais, do que um começo de ação para resolvê-los.

Em 1975, a UNESCO, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em resposta à recomendação 96 da Conferência de Estocolmo, sobre o Ambiente Humano, nomeia o desenvolvimento da Educação Ambiental como um dos elementos mais críticos para que se possa combater rapidamente a crise ambiental do mundo, e cria o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA).

É curioso notar que, de acordo com PEDRINI (1998), a UNESCO realizou estudos sobre educação ambiental, compreendendo-a como tema complexo e interdisciplinar. Nesse estudo sobre a relação entre meio ambiente e escola, realizado junto a seus países membros, a UNESCO entendeu que não se deve limitar a educação ambiental a uma disciplina específica no currículo escolar. Essa interpretação da eficácia da educação ambiental interdisciplinar acabou por influenciar, anos depois, a Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei n.º 9.795/99, que no art. 10, §1º, dispõe: "A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino".

Em 1975, é lançada a "Carta de Belgrado", buscando uma estrutura global para a educação ambiental. A Carta, precipuamente constatou um crescimento econômico e um processo tecnológico sem precedentes, os quais, ao tempo em que trouxeram benefícios para muitas pessoas, produziram também sérias consequências ambientais e sociais. Assim, segundo PEDRINI (1998), esta carta preconizava uma nova ética planetária para promover a erradicação da pobreza, analfabetismo, fome, poluição, exploração e dominação humanas. PEDRINI censurava, ainda, o desenvolvimento de uma nação em prejuízo de outras.

A Carta de Belgrado entendeu como absolutamente vital que os cidadãos de todo o mundo insistissem a favor de medidas que dessem suporte ao tipo de crescimento econômico que não trouxesse repercussões prejudiciais às pessoas, bem como não diminuíssem, de nenhuma maneira, as condições de vida e de qualidade do meio ambiente, propondo uma nova ética global de desenvolvimento, através, dentre outros mecanismos, da reforma dos processos e sistemas educacionais (PEDRINI, 1998).

A Carta de Belgrado (1975) afirmava textualmente:

> Governos e formuladores de políticas podem ordenar mudanças e novas abordagens para o desenvolvimento, podem começar a melhorar as condições de convívio do mundo, mas tudo isso não passa de soluções de curto prazo, a menos que a juventude mundial receba um novo tipo de educação. Esta implicará um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre escolas e comunidades, e entre o sistema educacional e a sociedade em geral.

É difícil de ser enxergado pela maioria como fazemos parte do meio ambiente; consequentemente a degradação ambiental esbarra na degradação humana. Essa degradação humana vista hoje como problema social ou socioambiental é fácil de perceber tendo em vista o nosso modelo produtivo onde o único beneficiado é o capital sem grandes preocupações com o ambiente e com a qualidade de vida humana.

Em outubro de 1977, em Tbilisi (URSS), acontece a Primeira Conferência Internacional em Educação Ambiental, que constitui o ponto culminante do Programa Internacional de Educação Ambiental, portanto, a segunda reunião internacional promovida pela UNESCO. Nessa conferência, definiram-se objetivos e estratégias, a nível nacional e internacional. Naquele instante, postulava-se que a Educação Ambiental fosse um elemento essencial para uma educação formal e não formal, da qual resultariam benefícios para a humanidade (PEDRINI, 1998).

A Declaração de Tbilisi de 1977, a exemplo das manifestações internacionais anteriores, segundo dispõe PEDRINI (1998), também entendeu que a educação ambiental é o resultado da reorientação e compatibilidade de diferentes disciplinas e experiências educacionais que facilitam uma percepção integrada dos problemas ambientais, proporcionando capacitação para ações suficientes às necessidades socioambientais Desse modo, definiu como objetivos da educação ambiental o seguinte:

> 1) fomentar plena consciência e preocupação sobre a interdependência econômica, social, política e ecológica nas áreas urbanas e rurais; 2) proporcionar, a cada pessoa, oportunidades de adquirir conhecimento, valores, atitudes, compromisso e habilidades necessários a proteger e melhorar o meio ambiente; 3) criar novos padrões de comportamento de indivíduos, grupos e sociedade como um todo em favor do ambiente (Declaração de Tbilisi de 1977, Apud. PEDRINI, 1998)

Foi nessa primeira conferência que se chegou à conclusão de que a educação deveria, simultaneamente, preocupar-se com a conscientização, a transmissão de informação, o desenvolvimento de hábitos e a promoção de valores, bem como o estabelecimento de critérios e orientações para a resolução de problemas.

Neste período observa-se a um movimento específico para a educação ambiental, onde se determinou diretrizes e noções essenciais para o desenvolvimento de um trabalho educacional na sociedade.

Em 1987, realiza-se o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativa ao Meio Ambiente, em Moscou, promovido pela UNESCO. No documento final, “Estratégia internacional de ação em matéria de educação e formação ambiental para o decênio de 90”, ressaltava-se a necessidade de atender, prioritariamente, à formação de recursos humanos, nas

áreas formais e não formais da Educação Ambiental, e na inclusão da dimensão ambiental nos currículos de todos os níveis de ensino (PEDRINI, 1998).

Após longa discussão sobre a Globalização e a situação dos países do terceiro mundo e a relação destes com os países desenvolvidos, no que diz respeito à preservação ambiental, começou a ser preparada a Conferência Rio-92, cuja grande preocupação era os problemas ambientais globais e as questões do desenvolvimento sustentável. Nesse conclave, são lançados os desafios fundamentais para o próximo milênio.

Entre os vários documentos emanados dessa conferência, destaca-se a Agenda 21, que apresenta um plano de ação para o desenvolvimento sustentável dos vários países. De acordo com os preceitos desta agenda, deve-se promover, com a colaboração apropriada das organizações não governamentais, todo o tipo de programas educacionais centrados nos problemas locais, de forma a incentivar uma educação permanente sobre meio ambiente e desenvolvimento. (PEDRINI, 1998)

O capítulo 36 da Agenda 21, intitulado "Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento", afirma:

> O ensino, o aumento da consciência pública e o treinamento estão vinculados virtualmente a todas as áreas de programa da Agenda 21 e ainda mais próximas das que se referem à satisfação das necessidades básicas, fortalecimento institucional e técnica, dados e informação, ciência e papel dos principais grupos. Este capítulo formula propostas gerais, enquanto que as sugestões específicas relacionadas com as questões setoriais aparecem em outros capítulos. A Declaração e as Recomendações da Conferência Intergovernamental de Tbilisi sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO e o PNUMA e celebrada em 1977, ofereceram os princípios fundamentais para as propostas deste documento.

A Educação Ambiental pensada de acordo com os princípios da Agenda 21 engloba tanto a educação institucional como a informal, dando especial atenção àquela promovida pela sociedade civil organizada. A participação da sociedade civil na sistematização dos princípios da Educação ambiental no Brasil foi firmada durante a realização da Primeira Conferência Nacional de Educação Ambiental realizada em Brasília em 1997. (MEDINA 2001)

Num processo de amadurecimento da idéia ambiental voltada para a conservação, investiu-se na preparação de profissionais na área ambiental tendo em vista os problemas a serem resolvidos pela frente e também a futura mudança de cultura dos povos no que se refere ao desenvolvimento sustentável e educação ambiental.

Segundo MEDINA, et al, (2001), a grande contribuição desses movimentos para a Educação Ambiental, não está no fato de tão somente ensinar sobre a natureza, mas de educar "para" e "com" a natureza: para compreender e agir corretamente antes os grandes problemas

das relações do homem com o ambiente, trata-se de ensinar sobre o papel do ser humano na biosfera para a compreensão das complexas relações entre a sociedade e a natureza e dos processos históricos que condicionam os modelos de desenvolvimento adotados pelos diferentes grupos sociais.

Além de todos estes movimentos que corroboraram para uma conscientização do papel do homem na natureza e desta para com a humanidade, as inúmeras leis que surgiram ao longo do tempo, também foi fator determinante para paralisar qualquer prática nociva ao meio ambiente, tudo sobre o forte predomínio de sanções penais e administrativas.

Uma das primeiras leis que tratou desse assunto foi a de nº 6.938/81, que tratava da Política Nacional do Meio Ambiente, onde em seu artigo 2º aduzia que:

> Art. 2º. A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: ... X - educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Segundo PEDRINI (1998), esta lei foi um marco histórico na institucionalização da defesa da qualidade ambiental brasileira (apesar dos argumentos exageradamente antropocêntricos de sua justificação e dos quase dez anos de atraso em relação às recomendações da Conferência de Estocolmo).

Posteriormente, a Constituição da República de 1988 previu a educação ambiental como política pública assecuratória do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: ... VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

E a crescente preocupação com o meio ambiente não parou por aí, inúmeras outras leis foram surgindo com o mesmo objetivo, qual seja: a preservação e conscientização sobre a importância do meio ambiente para a humanidade.Todos esses movimentos querem dizer uma única coisa: que o homem continua a depender do meio ambiente para encontrar alimento, água e adaptar-se ao clima, e que estas razões são mais do que suficientes para que o homem seja, ele próprio, o guardião desse ambiente, protegendo-o dos ataques insensatos.

O homem é ao mesmo tempo criatura e criador do meio ambiente, que lhe dá o sustento físico e lhe oferece a oportunidade de desenvolver-se intelectual, moral e espiritualmente. A longa e difícil evolução da raça humana no planeta levou-a a um estágio em que, com o rápido progresso da ciência e da tecnologia, conquistou o poder de transformar de inúmeras maneiras e em escalas sem precedentes o meio ambiente. Natural ou criado pelo homem é o meio ambiente essencial para o bem estar e para o gozo dos direitos fundamentais, até mesmo o direito à própria vida. (Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano, 5 a 16 de junho de 1972.)

5 – **DATAS IMPORTANTES – SOBRE A EDUCAÇÃO**

Os dados informativos abaixo foram retirados do texto do site caçadores de cachoeiras.

1962 - A jornalista Rachel Carson lança o livro Silent Spring (Primavera Silenciosa) e se torna um clássico na história do movimento ambientalista, desencadeando uma grande inquietação internacional sobre a perda de qualidade de vida.

1968 - Clube de Roma - Um grupo de 30 especialistas de várias áreas (economistas, industriais, pedagogos, humanistas, etc.), liderados pelo industrial Arílio Peccei, passa a se reunir em Roma para discutir a crise atual e o futuro da humanidade.

1972 - Conferencia de Estocolmo - Representantes de 113 países participam da /Conferência da ONU sobre o Ambiente humano; atendendo à necessidade de estabelecer uma visão global e princípios comuns que servissem de orientação e inspiração à humanidade, para a preservação e melhoria do ambiente humano.

1977 - Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental - Realizada em Tiblisi – Geórgia (ex-URSS, foi organizada pela UNESCO, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Foi um prolongamento da Conferência das Nações Unidas sobre meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972). A Conferência de Tiblisi como foi consagrada – é o ponto culminante da primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental, iniciado em 1975 pela UNESCO/PNUMA (Belgrado, 1975), com atividades celebradas na África, Estados Árabes, Ásia, Europa e América Latina. Considera-se, em nossos dias, o evento mais decisivo para os rumos da EA em todo mundo.

1984 - I Conferência sobre Meio Ambiente da Câmara de Comércio Internacional - Ocorreu em Versalhes, com o objetivo de estabelecer formas de colocar em prática o conceito de “desenvolvimento sustentado”.

1987 - Our Commom Future (Nosso Futuro Comum) - Divulga-se o, relatório da Comissão Mundial ou Comissão de Brundtland, sobre meio ambiente e desenvolvimento.

1988 - Constituição da República Federativa do Brasil - É promulgada contendo um capítulo sobre Meio Ambiente e vários outros artigos afins. É considerada, na atualidade, uma constituição de vanguarda em relação à questão ambiental.

1989 - Lei 7.735 cria o IBAMA - Com a finalidade de formular, coordenar e executar a política ambiental do meio ambiente. Compete-lhes a preservação, conservação, fomento e controle dos recursos naturais renováveis em todo território federal; proteger bancos genéticos da flora e da fauna brasileira e estimular a Educação Ambiental nas suas diferentes formas.

1992 - ECO-92 (Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento-UNCED) - Realiza-se no Rio de Janeiro com a participação de 170 países, secretariado por Maurice Strong, o mesmo da Conferência de Estocolmo, 20 anos atrás. A Conferência de 92 apresenta como objetivos: examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas depois de Estocolmo; identificar estratégias regionais e globais para ações apropriadas referentes às principais questões ambientais; recomendar medidas a serem tomadas a níveis nacionais e internacional referentes à proteção ambiental através da política de desenvolvimento sustentado; promover o aperfeiçoamento da legislação ambiental internacional; examinar estratégias de promoção de desenvolvimento sustentado e de eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento, entre outros.

1997 - Rio + 5 - Com representantes de 170 países, trouxe como pontos principais de discussão a diversificação do movimento ambientalista brasileiro, a multiplicidade de atores sociais, a institucionalização da problemática ambiental no país, o aumento significativo da consciência ambiental da população e o movimento duplo de setores estratégicos e ações individuais e coletivas de porte.

1999 - Lei No 9795 "Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências." - Sancionada pelo presidente Fernando Henrique, em 27 de abril de 1999, reconheceu, enfim, a educação ambiental como um componente urgente, essencial e permanente em todo processo educativo, formal e/ou não-formal, como orientam os Artigos 205 e 225 da Constituição Federal. A Política Nacional de Educação Ambiental é uma proposta programática de promoção da educação ambiental em todos os setores da sociedade. Diferente de outras Leis, não estabelece regras ou sanções, mas estabelece responsabilidades e obrigações. Ao definir responsabilidades e inserir na pauta dos diversos setores da sociedade, a Política Nacional de Educação Ambiental institucionaliza a educação ambiental, legaliza seus princípios, a transforma em objeto de políticas públicas, além de fornecer à sociedade um instrumento de cobrança para a promoção da educação ambiental.

2002 - Rio + 10 - Na cidade de Joanesburgo, África do Sul, foi realizada a Conferência reunindo representantes de 190 países. Os principais objetivos da conferência foram: avaliar a primeira década da “Era Ambiental”; elaborar um documento com propostas mobilizadoras,

reduzir as atividades que causam o aquecimento do globo terrestre. Porém os resultados não foram muito satisfatórios. As expectativas em relação aos grandes avanços foram frustradas, as propostas finais foram consideradas muito genéricas pelos ambientalistas de todo o mundo representando um retrocesso.

2002 - Decreto 4.281 – Regulamentou a Lei 9.795/99

6 **METODOLOGIA DE TRABALHO**

Com o intuito de levantar a situação atual de ensino ambiental em escola pública, foi realizada uma visita na escola estadual Batista de Oliveira onde foram aplicados questionários para os alunos de quinta a oitava séries do ensino básico, com questões sobre a correta disposição do lixo e perguntas dissertativas sobre o quão a escola insere educação ambiental nas suas disciplinas e quais são elas.

Os questionários foram lidos e observadas as respostas por série e concluída a percentagem para cada resposta dada por todos os alunos daquela série para posterior discussão dos resultados..

Realizou-se conversas com professores e diretor sobre projetos ambientais dentro da escola e como a mesma orienta os alunos sobre esse conhecimento.

6.1 **Desenvolvimento prático do trabalho:**

Escola Estadual Batista de Oliveira

Texto desenvolvido a partir de Conversa com a Diretora do colégio Batista de Oliveira.

A escola já desenvolveu vários projetos como “Energia” e “Nosso lar- Planeta Terra” que tratou de assuntos relacionados ao meio ambiente, buscando integração entre outras diversas áreas de conhecimento a fim de explorar o tema em todos os seus aspectos, humanos e físicos. Além desses projetos, foram criados outros como “Música e Arte” que, na amplitude do tema, ofereceu oportunidade aos alunos de abordar o meio ambiente na forma de música e arte (mostrando através de um desfile, roupas feitas com material reciclável).

A Educação Ambiental não é tratada na escola como um conteúdo específico. O tema é abordado de maneira multidisciplinar, onde em todos os conteúdos, os professores exploram o assunto. Isso acontece em todos os níveis de escolaridade, educação infantil, ensino fundamental e médio, sendo que o tema é trabalhado diante de planejamento embasado em cada nível de aprendizagem.

Direção, coordenação e equipe de professores entendem a importância da educação ambiental na escola, e dentro das possibilidades (falta de tempo para elaboração de projetos devido à carga excessiva de trabalho, falta de infra-estrutura, falta de apoio e incentivo do governo estadual), estão sempre buscando levar aos alunos o conhecimento da importância em se preservar o meio ambiente, bem como alertar para os problemas que a falta de consciência para com a preservação ambiental podem acarretar.

Os projetos relacionados à educação ambiental do governo estadual e até mesmo da prefeitura de nossa cidade acabam não saindo do papel, e quando saem não mostram eficiência. Exemplo disso é a coleta seletiva feita pela DEMLURB (órgão responsável pela limpeza Urbana de Juiz de Fora). Não é divulgada essa coleta, a população não tem conhecimento disso e mesmo que tivesse essa coleta não é feita de forma eficiente. Existem rotas, em bairros selecionados em dias alternados. Isso é o suficiente? Mesmo que na escola o lixo reciclável seja separado nas lixeiras para coleta seletiva, quem vai recolher esse lixo e tratá-lo? Vai além do que a escola pode fazer. E a população? Se separar o lixo, vai ter que deixar em suas residências, procurar informação sobre local e dia de coleta seletiva com o órgão competente. Não vejo isso como uma forma de incentivar a população a separar o lixo. Ainda falta muito planejamento e investimento pelo governo para que a coleta seja eficiente e passe a ser vista pela população como uma solução e não como um transtorno.

Em resumo, os educadores fazem sua parte, dentro de suas possibilidades, mas Educação Ambiental vai muito além dos muros da escola. É preciso apoio dos órgãos governamentais para que o tema seja tratado de forma abrangente e eficiente.

6.2 **Trabalho desenvolvido na escola Batista de Oliveira**

Na parte prática escolheu-se a escola estadual Batista de Oliveira para a investigação do nível de conhecimento dos alunos sobre conceitos ambientais. Em conversa com os alunos observamos o baixo nível de conhecimento sobre os assuntos abordados, tais como, preservação, uso racional da água e conhecimento sobre a correta disposição do lixo. Os alunos de 8ª. série estão mais informados sobre as questões ambientais, uma vez que aprendem sobre, poluição, erosão e sobre os efeitos do aquecimento global especificamente na matéria de ciências. Todos os alunos também da 8ª. serie, disseram aprender sobre meio ambiente nas aulas de ensino religioso.

Os professores se mostraram empenhados em ensinar sobre os problemas da degradação ambiental, mas afirmaram não ter conhecimento técnico sobre o assunto. Dos professores entrevistados nenhum deles participa de seminários, mini cursos ou palestras sobre o assunto. Nas disciplinas as questões ambientais são discutidas.

6.3 **Projeto Nosso Lar Planeta Terra**

O projeto Nosso Lar Planeta Terra foi desenvolvido pela Escola Estadual Batista de Oliveira no ano de 2012 com o intuito de despertar nos alunos a temática meio ambiente e sustentabilidade, bem como a ciência da natureza. Nesse trabalho foi elaborado um questionário para os alunos de quinta a oitava séries com diversas perguntas relacionadas a meio ambiente e principalmente sobre o descarte de diversos tipos de resíduos e sua destinação adequada.

O projeto foi elaborado e conduzido pelos professores durante o período letivo de 2012. Outro objetivo deste estudo foi levantar também, na opinião dos alunos, a diferença vista por eles em relação às matérias de Biologia, Geografia e Educação Ambiental.

Conforme visto, a iniciativa é necessária para a conscientização das futuras gerações, porem esbarra-se em grandes obstáculos que garantirá grandes desafios aos realizadores dessa idéia.

7 RESULTADOS E DISCUSSAO

Questionários aplicados aos alunos e percentual de respostas apresentadas.

5ª série

1 - Sabe identificar os tipos de lixeira da coleta seletiva?

A - Sim, sei o que cada cor significa – 66,66%

B - Sim, mas me atrapalho com as cores – 16,67%

C - Não, jogo tudo no mesmo lixo – 16,67%

2 - O que você faz com medicamento vencido?

A - Joga no vaso sanitário – 16,67%

B - Joga no cesto de lixo do banheiro – 16,67%

C - Leva para um posto de recolhimento – 66,66%

3 - Se a caixa longa vida é feita de papel e alumínio, onde jogar?

A - Na lixeira de plástico – 0%

B - Na lixeira de metal – 100%

C - Na lixeira de papel – 0%

4 - Pilhas, celulares quebrados e baterias devem ser descartados como?

A - No lixo comum – 0%

B - Em terrenos baldios (solo não fértil) – 0%

C - Já existem postos especializados em fazer este tipo de coleta – 100%

5- O que é a coleta seletiva?

A - É a separação do lixo que ocorre diretamente nos lixões e aterros sanitários para ocorrer a queima – 16,66%

B - É selecionar quais materiais do lixo podem ser utilizados como combustíveis – 0%

C - É a separação do lixo para que seja enviado para a reciclagem – 83,33%

D - É juntar todo o lixo em um único saco para que seja recolhido – 0%

6 - A cor verde representa qual tipo de material na reciclagem:

A – Papel – 0%

B – Plástico – 0%

C – Vidro – 100%

Onde você se informa sobre a preservação do meio ambiente?

As crianças responderam que aprendem na escola, internet e televisão.

Na sua escola você aprende algo sobre como preservar o meio ambiente? E os problemas que a falta de preservação pode causar? Quais as disciplinas que ensinam sobre esse assunto?

Todos os alunos responderam que sim. Disseram que os professores falam sobre como preservar o meio ambiente a água.

6ª série

1 - Sabe identificar os tipos de lixeira da coleta seletiva?

A - Sim, sei o que cada cor significa – 66,66%

B - Sim, mas me atrapalho com as cores – 33,34%

C - Não, jogo tudo no mesmo lixo – 0%

2 - O que você faz com medicamento vencido?

A - Joga no vaso sanitário – 0%

B - Joga no cesto de lixo do banheiro – 33,34%

C - Leva para um posto de recolhimento – 66,66%

3 - Se a caixa longa vida é feita de papel e alumínio, onde jogar?

A - Na lixeira de plástico – 0%

B - Na lixeira de metal – 50%

C - Na lixeira de papel – 50%

4 - Pilhas, celulares quebrados e baterias devem ser descartados como?

A - No lixo comum – 16,66%

B - Em terrenos baldios (solo não fértil) – 0%

C - Já existem postos especializados em fazer este tipo de coleta – 83,33%

5- O que é a coleta seletiva?

A - É a separação do lixo que ocorre diretamente nos lixões e aterros sanitários para ocorrer a queima – 0%

B - É selecionar quais materiais do lixo podem ser utilizados como combustíveis – 0%

C - É a separação do lixo para que seja enviado para a reciclagem – 100%

D - É juntar todo o lixo em um único saco para que seja recolhido – 0%

6 - A cor verde representa qual tipo de material na reciclagem:

A – Papel – 16,67%

B – Plástico – 33,33%

C – Vidro – 50%

Onde você se informa sobre a preservação do meio ambiente?

Nessa turma, houve respostas bem diferentes, entre elas estão: postos de saúde, televisão e internet.

Na sua escola você aprende algo sobre como preservar o meio ambiente? E os problemas que a falta de preservação pode causar? Quais as disciplinas que ensinam sobre esse assunto?

A maioria dos alunos respondeu que não aprendem sobre assuntos relacionados ao meio ambiente na escola, somente um aluno responder que sim, na matéria de ciências.

7ª série

1 - Sabe identificar os tipos de lixeira da coleta seletiva?

A - Sim, sei o que cada cor significa – 50%

B - Sim, mas me atrapalho com as cores – 33,33%%

C - Não, jogo tudo no mesmo lixo – 16,67%

2 - O que você faz com medicamento vencido?

A - Joga no vaso sanitário – 66,66%

B - Joga no cesto de lixo do banheiro – 33,34%

C - Leva para um posto de recolhimento – 0%

3 - Se a caixa longa vida é feita de papel e alumínio, onde jogar?

A - Na lixeira de plástico – 0%

B - Na lixeira de metal – 33,34%

C - Na lixeira de papel – 66,66%

4 - Pilhas, celulares quebrados e baterias devem ser descartados como?

A - No lixo comum – 83,33%

B - Em terrenos baldios (solo não fértil) – 16,66%

C - Já existem postos especializados em fazer este tipo de coleta – 0%

5- O que é a coleta seletiva?

A - É a separação do lixo que ocorre diretamente nos lixões e aterros sanitários para ocorrer a queima – 33,33%

B - É selecionar quais materiais do lixo podem ser utilizados como combustíveis – 0%

C - É a separação do lixo para que seja enviado para a reciclagem – 16,67%

D - É juntar todo o lixo em um único saco para que seja recolhido – 50%

6 - A cor verde representa qual tipo de material na reciclagem:

A – Papel – 0%

B – Plástico – 0%

C – Vidro – 100%

Onde você se informa sobre a preservação do meio ambiente?

Todos os alunos responderam que aprendem na escola.

Na sua escola você aprende algo sobre como preservar o meio ambiente? E os problemas que a falta de preservação pode causar? Quais as disciplinas que ensinam sobre esse assunto?

50% dos alunos reponderam que as disciplinas não ensinam sobre a preservação do meio ambiente, os outros 50% disseram que sim.

8ª série

1 - Sabe identificar os tipos de lixeira da coleta seletiva?

A - Sim, sei o que cada cor significa – 66,66%

B - Sim, mas me atrapalho com as cores – 33,34%%

C - Não, jogo tudo no mesmo lixo – 0%

2 - O que você faz com medicamento vencido?

A - Joga no vaso sanitário – 33,34%

B - Joga no cesto de lixo do banheiro – 66,66%

C - Leva para um posto de recolhimento – 0%

3 - Se a caixa longa vida é feita de papel e alumínio, onde jogar?

A - Na lixeira de plástico – 0%

B - Na lixeira de metal – 66,66%

C - Na lixeira de papel – 33,34%

4 - Pilhas, celulares quebrados e baterias devem ser descartados como?

A - No lixo comum – 16,67%

B - Em terrenos baldios (solo não fértil) – 33,33%

C - Já existem postos especializados em fazer este tipo de coleta – 50%

5- O que é a coleta seletiva?

A - É a separação do lixo que ocorre diretamente nos lixões e aterros sanitários para ocorrer a queima – 16,66%

B - É selecionar quais materiais do lixo podem ser utilizados como combustíveis – 0%

C - É a separação do lixo para que seja enviado para a reciclagem – 83,33%

D - É juntar todo o lixo em um único saco para que seja recolhido – 0%

6 - A cor verde representa qual tipo de material na reciclagem:

A – Papel – 0%

B – Plástico – 0%

C – Vidro – 100%

Onde você se informa sobre a preservação do meio ambiente?

Todos os alunos responderam que se informam na escola e alguns colocaram também a televisão como fonte de informação.

Na sua escola você aprende algo sobre como preservar o meio ambiente? E os problemas que a falta de preservação pode causar? Quais as disciplinas que ensinam sobre esse assunto?

Todos os alunos responderam que aprendem sobre como preservar o meio ambiente e os problemas que a falta de preservação pode causar. Eles citaram erosão, poluição e buraco na camada de ozônio. E as disciplinas relacionadas são ciências e ensino religioso.

7.1 **Discussão**

Observando as respostas do questionário da 5ª série, podemos concluir que existe conhecimento básico sobre alguns pontos de educação ambiental.

Nas questões discursivas da 5ª série, podemos observar que as fontes de informação desses alunos sobre meio ambiente e sua preservação, se dá através da escola, televisão e internet.

Observando as respostas do questionário da 6ª série, podemos concluir que existe conhecimento básico sobre alguns pontos de educação ambiental, os percentuais de respostas ficaram bem divididos.

Nas questões discursivas da 6ª série, podemos observar que as fontes de informação desses alunos sobre meio ambiente e sua preservação, foram bem diferenciadas, entre elas, postos de saúde, televisão e internet. Nenhum dos alunos escreveu a escola como resposta para essa pergunta. Somente um aluno disse que a matéria de ciências relaciona a preservação do meio ambiente com a disciplina. Observando as respostas do questionário da 7ª série, podemos concluir que existe conhecimento básico sobre alguns pontos de educação ambiental, os percentuais de respostas ficaram bem divididos.

Nas questões discursivas da 7ª série, observamos que as fontes de informação desses alunos sobre meio ambiente e sua preservação, foram iguais, todos os alunos responderam que se informam na escola. Mas quando foi perguntado pelas disciplinas que aplicam esses conhecimentos 50% respondeu que algumas matérias ensinam sobre meio ambiente os outros 50% disseram que não. Pode-se observar que os resultados das duas perguntas discursivas apresentam controvérsias.

Pode-se observar como verdadeira a inserção do conhecimento ambiental na escola, excluindo a possibilidade de não ser somente na sala de aula.

Observando as resposta do questionário da 8ª série, podemos concluir que existe conhecimento básico sobre alguns pontos de educação ambiental, os percentuais de respostas ficaram bem divididos.

Nas questões discursivas da 8ª série, observamos que as fontes de informação desses alunos sobre meio ambiente e sua preservação, foram iguais, todos os alunos responderam que se informam na escola, alguns ainda citaram a televisão e a internet. Todos os alunos responderam que aprendem na escola sobre como preservar o meio ambiente e os problemas

que a falta de preservação pode causar. Eles citaram erosão, poluição e buraco na camada de ozônio. E as disciplinas relacionadas são ciências e ensino religioso.

8 **Conclusão**

Na escola pública ainda não aparece educação ambiental formal, ela é inserida pelos professores juntamente com as disciplinas obrigatórias. Os alunos têm a consciência de que os problemas existem, mas ainda há a dificuldade por parte deles de identificá-los.

A educação ambiental é fundamental para o desenvolvimento da cidadania, e a escola tem papel fundamental para esse desenvolvimento social.

É preciso capacitar os professores tecnicamente no assunto, bem como melhorar a abordagem desses assuntos, levando em conta a idade dos alunos.

9 **Referencias**

KRAEMER, M. E. P. Não se pode conceber um ecossistema sem o homem. 2004

KRUGUER, Eduardo L. Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental. 2001

PEDRINI, Alexandre de Gusmão. Educação Ambiental: Reflexões e práticas contemporâneas. Rio de janeiro: Vozes, 1998

REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2009

SANTOS. Suzimara. Valorização Cultural para uma Proposta de Gestão Ambiental.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Caderno de Pesquisa, Mar 2003, n. 118, pág. 189-206.

SOARES DE OLIVEIRA. A. M. Relações homem/natureza no modo de produção capitalista. Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia Y Ciências Sociales, Universidad de Barcelona, Vol VI, nº 119 (18), 2007.

UNESCO – 1997. Organização das Nações Unidas para a Educação, Consequências das catástrofes naturais causadas pelo ser humano.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação e Gestão Ambiental. Ed. Gaia (Brasil). 2006